

Eixo Capital



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br



MANDOU BEM

Artistas e ativistas se reuniram em um ato na Esplanada dos Ministérios para chamar a atenção a cinco proposições que tramitam no Congresso Nacional e colocam em risco o meio ambiente, bem como a população indígena. Portavoz da iniciativa, o cantor Caetano Veloso entregou pessoalmente um manifesto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que prometeu cautela na análise de propostas ambientais polêmicas.



MANDOU MAL

Ainda durante o evento, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o trâmite do projeto sobre a mineração em terras indígenas em regime de urgência na Casa. Esse classificação prescinde de exigências e outras formalidades previstas em regimento, para acelerar a apreciação do tema. Um grupo de trabalho analisará a matéria, que deve voltar à discussão na primeira quinzena de abril.

CLDF/Divulgação



Terceiro suplente assume vaga de distrital pela primeira vez

A semana na Câmara Legislativa teve um fato inédito: pela primeira vez, um terceiro suplente assumiu o cargo de deputado na Casa. Diante da renúncia do deputado Guarda Jânio — policial militar que, após nove meses de mandato, deixou a vaga para cuidar da pré-campanha eleitoral —, Carlos Tabanez ficou no posto do colega. Na cerimônia de posse, o novo parlamentar apresentou as bandeiras que pretende defender: segurança pública e geração de emprego. Policial civil aposentado, ele alcançou a oportunidade de chegar ao Legislativo após receber 8.078 votos nas eleições de 2018, quando concorreu a distrital, e ficou em terceiro lugar pelo Pros.

Dança das cadeiras

Originalmente, quem conquistou a vaga foi o delegado Fernando Fernandes, eleito com cerca de 29 mil votos. Ao ser escalado para o cargo de administrador de Ceilândia, porém, deixou a legislatura e foi desfilado do Pros. Telma Rufino ficou com a vaga, mas também abriu mão do posto para chefiar a Administração Regional de Arniquireiras. Guarda Jânio entrou na sequência — depois de tentar cinco vezes a eleição.

Movimento sincronizado

Apesar de terem conseguido os cargos de suplentes pelo Pros, Carlos Tabanez e Jânio Farias Marques cortaram laços com a sigla. Na quinta-feira, mesma data em que um substituiu o outro na Câmara Legislativa, os dois deixaram a legenda e migraram para o MDB. O presidente da Casa e do partido no DF, Rafael Prudente, acompanhou a filiação dos novos integrantes. O policial civil se apresenta como pré-candidato a distrital, enquanto o PM quer disputar uma das oito vagas para deputado no Congresso Nacional.

Apesar de esperada, ida da família Roriz para o PL frustrou planos do PSD

A filiação da família Roriz ao PL, ontem, reforça o fato de que ainda há muito para acontecer neste período de costuras partidárias. Joaquim Roriz Neto e a mãe, Jaqueline Roriz, aceitaram o convite de Flávia Arruda e ingressaram na sigla da ministra. O evento de registro teve participação da secretária de Governo da Presidência da República e de Jair Bolsonaro, correligionário dela. A ex-primeira-dama Weslian Roriz, que também acompanhou a cerimônia, teria se emocionado com a receptividade do presidente da República na ocasião.

Alianças consolidadas

Dona Weslian teve papel importante nesse processo. Em dezembro, ela acompanhou pessoalmente o evento de filiação de Bolsonaro ao PL. Naquela ocasião, ficou praticamente selada a aliança que levaria à pré-candidatura de Joaquim Neto à Câmara Legislativa, como anunciado ontem.

Divulgação

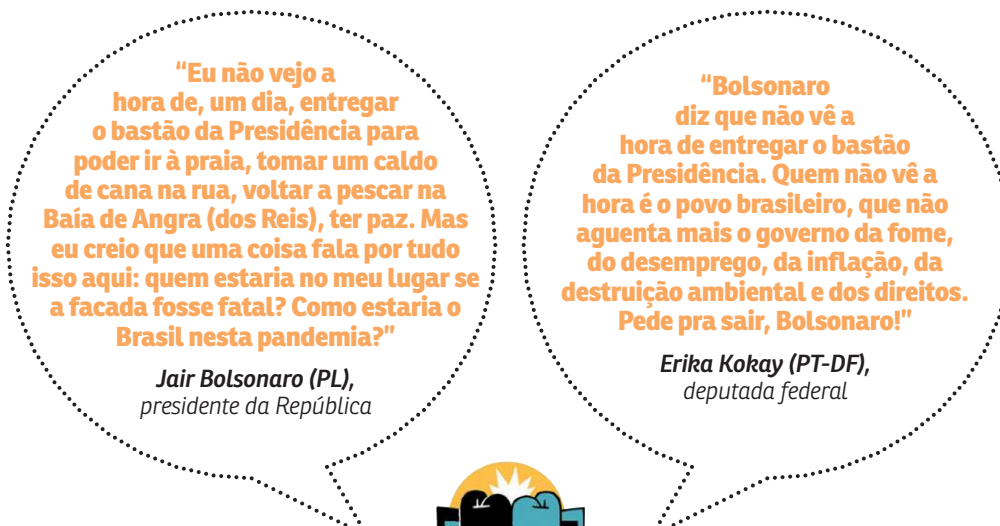


Trocas de lado

No entanto, a notícia surpreendeu a um player desse jogo. O empresário Paulo Octávio, presidente do PSD-DF, havia convidado Neto a entrar na sigla. O anúncio tinha até data marcada: ocorreria no mês passado, mas acabou adiado porque Roriz, a esposa, Clarissa, e a avó Weslian testaram positivo para a covid-19. O intervalo de menos de um mês foi suficiente para que Joaquim Neto mudasse de ideia.

Banho de água fria

A decisão de Roriz Neto teria atendido a um pedido da avó, considerada por pessoas próximas como forte apoiadora de Bolsonaro. Roriz Neto deu a notícia a Paulo Octávio por telefone, ontem, antes da cerimônia de filiação. Depois, por mensagem, agradeceu a compreensão. O empresário, que teria recebido a informação com surpresa, desejou sorte ao futuro postulante a deputado distrital.



SÓ PAPOS



Ed Alves/CB/D.A Press



Reprodução/Instagram



À QUEIMA-ROUPA

GUSTAVO MENDES
GERENTE-GERAL DE
MEDICAMENTOS E ESTUDOS
BIOLÓGICOS DA ANVISA



Recentemente, vimos a divulgação de informações imprecisas quanto aos imunizantes contra a covid-19 em uso no país. Afirmaram que eles têm caráter experimental e que estariam em fase de testes. Isso é verdade?

Não. Nenhuma das vacinas aprovadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) — quer seja para registro, quer seja para autorização — está em caráter de teste. Todas elas atingiram os critérios técnicos definidos pela agência para serem consideradas passíveis de uso na população. Dizemos que um imunizante está em fase de teste quando ele não se encontra em condições de ser aplicado em larga escala. No caso daqueles usados aqui, todos foram avaliados tanto no que diz respeito à segurança quanto à eficácia. Ou seja, eles atingiram o percentual internacionalmente definido de (no mínimo) 50% de eficácia. Por isso, não podemos afirmar que estão em fase de testes.

Como ocorre a testagem das vacinas até que cheguem à população?

As etapas da pesquisa química são as que chamamos de fases de construção de conhecimento. Cada uma delas

busca gerar uma resposta específica. A fase um é quando a vacina é testada pela primeira vez em humanos. Recrutamos poucas pessoas e focamos na segurança, para termos certeza de que é possível avançar com a pesquisa. A fase dois é uma etapa exploratória: testamos diferentes tipos de tratamentos, como a dose ideal para que a vacina tenha a melhor resposta. Já a fase três é a confirmatória. Ela envolve milhares de pessoas, uma quantidade grande de indivíduos para que, por meio de uma abordagem estatística — comparando-se a vacina com placebo —, verifiquemos se ela realmente confirma o que identificamos na fase anterior. E, na pandemia, essa construção de conhecimento preservou todas as características. Apesar de termos mudado muitas questões administrativas na agência regulatória, pois temos um processo mais fluido e próximo nas discussões do que antes da pandemia, os critérios científicos não mudaram.

Como é o processo de aprovação por parte da Anvisa? O que a agência analisa?

Temos um conjunto de especialistas que avaliam diferentes aspectos do desenvolvimento da vacina. Há os que

avaliam estudos clínicos, os resultados gerados durante as fases de teste, e isso envolve não só olhar os documentos (cobrados pela Anvisa), mas ter acesso a todos os dados brutos: laudos, fichas clínicas dos participantes e do acompanhamento deles... Tudo é feito para que tenhamos confiabilidade, rastreabilidade (e certeza) de que os estudos aconteceram e de que os resultados representam o desempenho da vacina. Há, também, os especialistas que avaliam a biotecnologia do imunizante, uma série de estudos de quanto tempo a dose se mantém íntegra, a estabilidade da vacina, o prazo de validade, se ela terá de ser congelada ou não, se será usada na temperatura ambiente. Outros aspectos têm a ver com os estudos de impurezas — quais as substâncias usadas nessa vacina — e com a verificação *in loco*, por meio de inspeções: dos equipamentos usados para produção da vacina, da qualificação da equipe (de produção), das condições técnico-operacionais, entre outros.

Os critérios de avaliação das vacinas infantis são os mesmos?

Sim. A preocupação é o fato de que temos uma série de peculiaridades, por causa da fisiologia infantil. Por isso, são necessários estudos específicos com essa população, para gerar dados. A Pfizer e a CoronaVac fizeram esses estudos. E os critérios são os mesmos: é preciso mostrar que a vacina é eficaz e segura.

Do que depende a inclusão de uma vacina no Plano Nacional de Imunização?

Depois que autorizamos uma vacina, cabe ao Ministério da Saúde, que fez um plano específico para o caso da

covid-19 (o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 — PNO), decidir sobre os processos de aquisição, os contratos de compra, etc. O trabalho da Anvisa acaba no momento em que é dada a autorização (para uso de um imunizante). Depois, o ministério parte para as negociações (quanto à inclusão no PNI).

A que você associa todos esses questionamentos sobre o uso dos imunizantes?

À onda de desinformação e notícias falsas que circulam. Desde o início da pandemia, temos sofrido com isso e feito um trabalho de combate. As fake news tiram do contexto o conhecimento científico para disseminar medo entre as pessoas. Fazem com que quem não tenha acesso à informação verdadeira, correta acabe desestimulado a se vacinar. Não é só no Brasil, há um movimento mundial. Temos visto muitas falas de que as vacinas foram desenvolvidas muito rápido e de que agências abriram mão de critérios técnicos (para liberá-las), mas isso não é verdade. Foi rápido porque houve um investimento maciço de dinheiro, com tecnologias totalmente inovadoras. A forma de combater informações falsas é buscá-las em fontes seguras. E a função da agência reguladora é trazer a confiança de que estamos avaliando criteriosamente os dados, para apresentar (vacinas com) segurança e eficácia. Se não confiam na Anvisa nem nas sociedades médicas brasileiras, busquem informações nas agências reguladoras e sociedades médicas internacionais. Assim, verão que as decisões são convergentes, principalmente porque tratam-se de dados científicos, não aleatórios ou duvidosos.

Jeso Carneiro



Advogadas querem paridade na lista do Quinto Constitucional

A paridade de gênero na formação de listas sextuplas será tema de um movimento lançado por mulheres da advocacia, amanhã. Representantes de 28 entidades visitarão a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para cobrar que metade da lista sextupla formada para concorrência à vaga do Quinto Constitucional — que reserva 20% das cadeiras nas cortes a esses profissionais — seja composta por pessoas do sexo feminino. O assunto será debatido em reunião com parlamentares no Congresso Nacional e, na terça-feira, com Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro, ministra substituta no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Por falar em OAB...

Equipes da Comissão de Direito do Consumidor da Subseção do Guarã e representantes do Procon-DF oferecerão atendimento gratuito à população, na quarta-feira. Das 12h às 16h, advogados vão prestar orientações sobre o tema para quem tiver dúvidas sobre a compra de produtos e a contratação de serviços ou quiser fazer consultas aos sistemas de proteção ao crédito.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

Quantas pessoas próximas a você têm um iPhone — ou até dois —, como supõe o ministro Paulo Guedes?



SIGA O DINHEIRO

R\$ 28.316.873,01

Valor do novo contrato para restauração, reconstrução e execução de adequações no pavimento da W3 Sul